

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

v. 21 n. 125

março/abril 2025

Repositório Autorizado de Jurisprudência
Superior Tribunal de Justiça – nº 63/2008

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenador-Geral

Flávio Tartuce

Coordenadores

Anderson Schreiber – Daniel Amorim Assumpção Neves
Débora Brandão – Fernanda Tartuce – Rodolfo Pamplona Filho

Conselho Editorial

Ana Beatriz Presgrave – Ana Luiza Maia Nevares – Angelica Carlini
Arlete Aurelli – Carlos Nelson Konder – Cecília Asperti – Cesar Calo Peghini
Cláudia Lima Marques – Daniel Mitidiero – Ênio Santarelli Zuliani
Eroulths Cortiano Junior – Freddie Didier Junior – Giselda M. F. Novaes Hironaka
Gustavo Tepedino – Heloísa Helena Barboza – Humberto Theodoro Jr.
José Fernando Simão – José Rogério Cruz e Tucci – Luciano Martinez
Luiz Guilherme Marinoni – Marco Aurélio Bezerra de Melo
Maria Helena Diniz – Marília Pedrosa Xavier – Maurício Bunazar
Pablo Malheiros Cunha Frota – Pablo Stolze Gagliano
Rodrigo Reis Mazzei – Rolf Madaleno – Sílvio de Salvo Venosa
Susana Henriques da Costa – Trícia Navarro

Colaboradores deste Volume

Adriano Stanley Rocha de Souza – André Luiz Arnt Ramos
Carlos E. Elias de Oliveira – Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas
Flávio Tartuce – Isabelle Karla de Almeida Reis – João Pedro Bastos de Oliveira
João Pereira Monteiro Neto – Lucas Câmara de Assis – Marcos Ehrhardt Jr.
Sergio Torres Teixeira – Vinicius Silva Lemos – William Soares Pugliese
Wilson Calmon Alves Filho

© Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

Publicação bimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com. Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil

n. 1 (jul./ago. 2004)-.- Porto Alegre: Magister, 2004
Bimestral.

n. 125 (mar./abr. 2025)

Coordenador-Geral: Flávio Tartuce. Coordenadores: Anderson Schreiber, Daniel Amorim Assumpção Neves, Débora Brandão, Fernanda Tartuce e Rodolfo Pamplona Filho.

ISSN 1807-0930

1. Direito Civil – Periódico. 2. Processo Civil – Periódico.

CDU 347(05)

CDU 347.9(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos Santos Lima – CRB 10/1273

Capa: Apollo 13

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

A *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* chega ao número 125 mais uma vez trazendo importantes temas para debate, tanto do ponto de vista teórico quanto prático.

Abrimos a edição com o texto de Flávio Tartuce, que versa sobre a *Cessão de crédito: questões polêmicas a respeito da sua validade e eficácia*. O autor analisa algumas polêmicas existentes a respeito da validade e eficácia da cessão de crédito, modalidade de transmissão das obrigações tratada no Código Civil, entre os seus arts. 286 e 298.

Seguimos com o estudo *Abuso do direito de ação e a Resolução nº 159 do CNJ*, escrito por Sergio Torres Teixeira e Isabelle Karla de Almeida Reis. O objetivo dos autores é reforçar a análise do exercício abusivo do direito de ação, a presença do ato ilícito na prática e uma análise crítica à Recomendação nº 159 do CNJ.

William Soares Pugliese e Wilson Calmon Alves Filho participam da edição com o artigo *Discrecionariedade judicial, relevância e repercussão geral no contexto brasileiro: desafios e perspectivas a partir de um estudo comparativo com o sistema de precedentes norte-americano*. A partir das mudanças introduzidas pela EC nº 45/2004, pelo CPC de 2015 e pela EC nº 125/2022, os autores analisam como os institutos de relevância e repercussão geral, inspirados no *writ of certiorari* do sistema norte-americano, buscam otimizar a atuação das Cortes supremas brasileiras.

A revista continua com o texto intitulado *Um estudo sobre o Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei – PUIL – no STJ*, cujo autor, Vinicius Silva Lemos, analisa o PUIL como instituto cabível para a pacificação de entendimentos nos Juizados Especiais das leis específicas que envolvem Fazenda Pública – Lei nº 10.259/2001 e Lei nº 12.153/2009.

A edição contempla o estudo efetuado por André Luiz Arnt Ramos, intitulado *O ascendente que doa bem a descendente sem dispensar a colação precisa apresentar justo motivo para impor cláusula de inalienabilidade?* O artigo tem por tema a exigibilidade ou não da justa causa testamentária para a aposição de cláusulas restritivas às doações entre ascendente e descendente sem dispensa da colação. Sua hipótese é de que a resposta a tal indagação é negativa.

Dando continuidade à Doutrina, o texto *Dúvida jurídica razoável como excludente de responsabilidade civil, de enriquecimento sem causa e de outros remédios*

contra ilícitos civis: comentários a um julgado do STJ, de autoria de Carlos E. Elias de Oliveira, comenta o Recurso Especial nº 1.617.636/DF do STJ, defendendo que a dúvida jurídica razoável é capaz de afastar ou, ao menos, atenuar a responsabilidade civil, os pleitos de enriquecimento sem causa e outros remédios contra ilicitudes, indicando outros julgados nesse sentido.

João Pedro Bastos de Oliveira e Marcos Ehrhardt Jr. escrevem sobre *A concepção de vulnerabilidade no ordenamento jurídico pátrio: preenchimento de um conteúdo semântico em constante evolução*.

Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Adriano Stanley Rocha de Souza e Lucas Câmara de Assis analisam a sistemática acerca da interrupção do serviço público diante dos regramentos previstos na Lei nº 8.078/1990 e dos princípios constitucionais. Apontam que a interrupção do serviço público por inadimplência do consumidor não poderia ocorrer, por ser inconstitucional. O estudo está assim intitulado *A proteção ao consumidor diante da interrupção no fornecimento de serviço público essencial uti singuli*.

Chegamos ao fim da doutrina com o artigo *Participação plurissubjetiva no regime de repercussão geral e a atuação do amicus curiae*. O objetivo do autor João Pereira Monteiro Neto é abordar criticamente o atual emprego do *amicus curiae* como modelo geral de viabilização da participação plurissubjetiva no regime de repercussão geral dos recursos extraordinários.

A edição encerra com os acórdãos selecionados do STJ, eis que a revista é repositório autorizado de jurisprudência daquele tribunal.

Espera-se, portanto, que esse volume da *Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil* continue fomentando o debate dos temas correlatos, como uma das mais importantes publicações científicas da área, em nosso País.

Boa leitura! Bons estudos! Boas reflexões.

Fábio Paixão

Editor da Revista

Sumário

Doutrina

1. Cessão de Crédito: Questões Polêmicas a Respeito da sua Validade e Eficácia
Flávio Tartuce 7
2. Abuso do Direito de Ação e a Resolução nº 159 do CNJ
Sergio Torres Teixeira e Isabelle Karla de Almeida Reis 25
3. Discrecionalidade Judicial, Relevância e Repercussão Geral no Contexto Brasileiro: Desafios e Perspectivas a Partir de um Estudo Comparativo com o Sistema de Precedentes Norte-Americano
William Soares Pugliese e Wilson Calmon Alves Filho 41
4. Um Estudo Sobre o Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei – PUIL – no STJ
Vinicius Silva Lemos 62
5. O Ascendente que Doa Bem a Descendente sem Dispensar a Colação Precisa Apresentar Justo Motivo para Impor Cláusula de Inalienabilidade?
André Luiz Arnt Ramos 85
6. Dúvida Jurídica Razoável como Excludente de Responsabilidade Civil, de Enriquecimento sem Causa e de Outros Remédios Contra Ilícitos Cíveis: Comentários a um Julgado do STJ
Carlos E. Elias de Oliveira 100
7. A Concepção de Vulnerabilidade no Ordenamento Jurídico Pátrio: Preenchimento de um Conteúdo Semântico em Constante Evolução
João Pedro Bastos de Oliveira e Marcos Ehrhardt Jr. 121
8. A Proteção ao Consumidor Diante da Interrupção no Fornecimento de Serviço Público Essencial *Uti Singuli*
Cláudia Mara de Almeida Rabelo Viegas, Adriano Stanley Rocha de Souza e Lucas Câmara de Assis 136
9. Participação Plurissubjetiva no Regime de Repercussão Geral e a Atuação do *Amicus Curiae*
João Pereira Monteiro Neto 157

Jurisprudência

1. Superior Tribunal de Justiça – Ação Monitória. Ausência de Citação. Nulidade
Relª Minª Nancy Andrighi 173

2. Superior Tribunal de Justiça – Ação de Busca e Apreensão. Alienação Fiduciária. Notificação Extrajudicial. Envio. Endereço. Indicação em Contrato. Constituição em Mora. Comprovação Suficiente. Tema Repetitivo nº 1.132/STJ <i>Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva</i>	179
3. Superior Tribunal de Justiça – Ação de Arbitramento de Honorários. Excesso de Execução. Provento Econômico Obtido na Ação Patrocinada pelos Exequentes. Não Ocorrência de Negativa de Prestação Jurisdicional. Pretensão que Demanda Reexame de Circunstâncias Fáticas. Súmula nº 7/STJ. Incidência <i>Rel. Min. Humberto Martins</i>	183
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários	189